COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 10.970, DE 2018

Inclui programas de informática de código aberto na lista de preferência nas aquisições de bens e serviços de informática e automação.

Autor: Deputado JHC

Relator: Deputado ALEX SANTANA

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 10.970, de 2018, do Deputado JHC, que pretende incluir, entre as preferências nas aquisições de bens e serviços pela administração pública, aqueles baseados em programas de informática de código aberto.

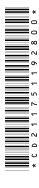
Para tal, altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que trata da política de informática, inserindo em seu art. 3º, dispositivo com essa finalidade.

A proposição tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Após deliberação desta CCTCI, será apreciada, no mérito, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e, na constitucionalidade e juridicidade, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em conformidade com o art. 54 do Regimento Interno.

Compete-nos, pois, examinar o texto quanto ao seu mérito, consoante o temário previsto no art. 32, inciso III, do Regimento Interno.

Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à matéria.





É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, oferece um quadro, extensamente debatido e periodicamente atualizado por esta Casa, para tratar da evolução do setor de tecnologia da informação no País. A política industrial aplicável ao setor vem sendo gradualmente simplificada, de modo a agregar competitividade aos bens comercializados em nosso mercado e preservar a pesquisa e desenvolvimento locais.

Nesse aspecto, as preferências para compras governamentais de bens e serviços que agregam tecnologia desenvolvida no País e, em segunda prioridade, para aqueles produzidos de acordo com processo produtivo básico aprovado, alinham-se às demais prioridades e instrumentos da lei. Destaque-se que essa preferência só é aplicada quando condições de equivalência são constatadas nos demais quesitos da decisão da compra.

O nobre autor, Deputado JHC, argumenta em sua justificativa que o reconhecimento da adoção de software de código aberto dentre esses critérios é fator de aperfeiçoamento da lei, tendo em vista que dispensam o pagamento de licenças de alto valor e permitem a adequação da solução às necessidades específicas do setor público.

Concordamos inteiramente com o nobre autor. Os programas proprietários, embora tenham posição de mercado dominante e sejam preferíveis no caso de aquisições de soluções de informática para uso geral, envolvem maiores custos quando aplicados a sistemas destinados a aplicações especializadas, se considerado o ciclo de vida completo da solução.

Ademais, a política de comercialização das soluções proprietárias vem substituindo a entrega do programa ao usuário pela sua oferta na forma remota, de software como serviço (SaaS). Nesse caso, a obrigação de pagamento de licença de uso dá lugar a uma subscrição periódica, geralmente mensal, ao programa. Tal configuração cria um fluxo de





pagamentos para o Estado cujo valor presente deve ser adequadamente estimado, tornando mais complexa a decisão de compra.

No entanto, parece-nos que essa preferência deva ser inserida na lei como um critério adicional, de aplicação subsequente àqueles já previstos, de modo a preservar uma classificação compatível com o restante da política industrial e de inovação já inscrita na lei.

Por tal razão, oferecemos substitutivo à matéria, alterando a ordem proposta pelo autor para a aplicação dos critérios de preferência.

Nosso VOTO, em suma, é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 10.970, de 2018, na forma do SUBSTITUTIVO oferecido.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALEX SANTANA Relator

2021-12967

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 10.970, DE 2018

Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, para incluir, dentre os critérios de preferência para aquisições de bens e serviços de informática e automação pela administração pública, o uso de programas de código aberto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, para incluir, dentre os critérios de preferência para aquisições de





bens e serviços de informática e automação pela administração pública, o uso de programas de código aberto.

Art. 2° O art. 3° da Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

	"Art. 3°	
	III – bens e serviços baseados em program	nas de informática de
	código aberto.	" (NR)
Art. 3	3º Esta lei entra em vigor na data da sua	a publicação.

de 2021.

Deputado ALEX SANTANA Relator

de

Sala da Comissão, em

2021-12967



